

# Índios invadem Congresso e entregam propostas

## Eles chegaram cedo e só foram recebidos à tarde; no final, presentearam Ulysses com um cocar

Enfeitados com penas coloridas, de bermuda ou calças jeans, os caciques de várias nações indígenas tomaram conta ontem do Congresso para dizer aos constituintes que os índios querem seus direitos reconhecidos na nova Constituição. Quando o sol se escondeu eles subiram a rampa para fazer a pajelança e com ela espantar os maus espíritos da Constituinte. O "cacique" maior, deputado Ulysses Guimarães, preferiu permanecer em seu gabinete e ficou assustado com a "invasão". Mas os índios foram até ele, cantaram e colocaram um cocar em sua cabeça.

Na subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Deficientes e Minorias eles ocuparam as cadeiras encontradas vazias pela ausência de quase todos os seus integrantes. A entrega do documento foi solene, mas depois o cacique Raoni disse que também queria falar: "Você tem que acreditar palavra minha. Eu tô acreditando palavra sua", afirmou para alguns constituintes.

Os representantes de várias nações indígenas permaneceram todo o dia no Congresso. Chegaram cedo e tiveram que esperar muito para dizer o que queriam. No gabinete do deputado Ulysses Guimarães, no final da tarde, eles praticamente forçaram a entrada cantando e gritando. O cacique Raoni o convidou para participar da pajelança, mas Ulysses alegou outros compromissos.

Após a rampa, entre as duas cúpulas do Congresso, o ritual foi realizado com a presença do presidente da

subcomissão das Minorias, deputado Ivo Lech. Os quatro pajés, entre eles Raoni e Sapaim, sopraram fumaça em suas mãos e na cabeça.

A proposta elaborada pelo deputado e antropólogo José Carlos S Sabóia, após discussão com várias entidades, foi entregue ao presidente da subcomissão, deputado Ivo Lech, ao líder Mário Covas e ao presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães. Nela, as populações indígenas querem ver reconhecidos os seus "Direitos originários sobre as terras que ocupam, sua organização social, seus usos, costumes, línguas e tradições".

"Este momento é para nós solene. O Brasil precisa garantir a sobrevivência das populações indígenas. A terra é nossa sobrevivência". Em nome dos índios ali representados, Idjarru Karajá leu o documento, ouvido com atenção por cerca de 30 caciques. Dos 18 membros da subcomissão, apenas oito estavam presentes. As cadeiras foram ocupadas pelos índios sem nenhuma timidez.

"Aqui, nesta subcomissão, os direitos dos índios serão respeitados", afirmou o deputado Ivo Lech (PMDB-RS). Ele fez questão de explicar que ali na subcomissão eles terão o direito de ocupar as cadeiras destinadas aos constituintes, de falar e, inclusive, de estar vestidos de acordo com seus costumes.

O deputado José Carlos Sabóia é autor da proposta entregue ontem, mas segundo ele, ela foi elaborada em discussão com várias

entidades representantes das comunidades indígenas.

Os representantes de nações indígenas como Xavante, Karajá, Canela, Kaipós, Txucarramãe, Terena e Kraô chegaram bem cedo ao Congresso mas tiveram que esperar muito para falar com as lideranças dos brancos. No gabinete do líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, esperavam vários minutos pela manhã e só conseguiram entregar o documento às 15h.

O presidente da Assembleia Nacional Constituinte também recebeu em seu gabinete, os representantes dos povos indígenas, que lhe entregaram um documento, contendo as propostas dos índios para a Assembleia Nacional Constituinte.

Liderados pelos caciques Raoni (Txucarramãe) e Kanhok (Caipó), cerca de 50 índios, de diversas tribos, ocuparam o gabinete de Ulysses Guimarães com cocares, bordunas, gravadores e máquinas de filmar, cantando e de entregar presidente da Constituinte o documento e um cocar.

A proposta das populações indígenas contém cinco artigos e um deles diz que "as terras ocupadas pelos índios são inalienáveis, destinadas à sua posse permanente, ficando reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais, do solo, do subsolo, dos cursos fluviais e de todas as utilidades nelas existentes".



Cocares coloriram as comissões. Os índios ocuparam o Congresso, fizeram pajelanças e pediram meios para sobreviver



GILBERTO ALVES

# ESG pede "Estado de Recessão Econômica"

A nova Constituição deve prever, no capítulo sobre as salvaguardas, o "Estado de Recessão Econômica", que autorizaria, entre outras medidas, a proibição de dispensa de empregados salvo por justa causa, controle de preços e salários, redução da jornada de trabalho e de salários correspondentes, suspensão do direito de greve e de locaute. A proposta, da Escola Superior de Guerra (ESG), foi feita ontem pelo professor Paulo Milani Guimarães, um dos quatro representantes da entidade que prestaram depoimento à Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança.

O "Estado de Recessão Econômica" seria aplicado nas conjunturas econômicas recessivas muito graves, decretado pelo presidente da República, ouvido o Conselho de Estado e ad referendum do Congresso Nacional, com o objetivo de conferir ao Executivo poderes para "controlar uma série de situações, em benefício dos altos interesses sociais e econômicos do País". Sua vigência não poderia ser superior a 120 dias, prorrogáveis por período igual, e a recessão econômica poderia ser reconhecida para uma região geo-econômica ou para toda a economia nacional. Terminado o estado de recessão econômica, o Presidente da República, em 30 dias, prestaria ao Congres-

so contas detalhadas das medidas adotadas.

Paulo Milani Guimarães defendeu a manutenção das medidas de emergência, do estado de emergência e do estado de sítio, mas com prazo de vigência reduzido à metade ou mesmo à terça parte, em relação à Constituição atual, e a inclusão no mesmo capítulo, da intervenção federal em Estado membro. Pela proposta sustentada pelo professor, a decretação do estado de sítio é de competência do Congresso, por iniciativa própria ou do Presidente da República, e a decretação do estado de emergência pode ser rejeitada pelo Congresso. Para acompanhar a execução do estado de emergência ou do estado de sítio, o Congresso poderá designar autoridades, e nas duas hipóteses o Presidente da República terá que enviar ao Legislativo um relato minucioso de tudo o que tiver ocorrido na execução, indicando os atingidos e os direitos suspensos, a fim de permitir a revisão judicial capaz de reparar excessos.

O professor Pedro de Oliveira Figueiredo defendeu, em sua exposição, a manutenção do papel constitucional das Forças Armadas — que prevê a responsabilidade pela ordem interna. Segundo ele, no plano interno o "Estado democrático pode fazer também uso da totalidade da força de que dispõe, para fazer face a

forças antagonistas emergentes. Depois de observar que só se fere a segurança interna quando se evidenciam "atitudes deliberadamente hostis e graves à realidade daqueles objetivos maiores da nacionalidade, e como tais, consagrados na Constituição e nas leis", o professor da ESG declarou:

— Entendido que se trata de preservar a existência, a identidade e as perspectivas da nacionalidade (...) parece claro que não pode o Estado abrir mão do emprego de suas Forças Armadas no âmbito interno, como derradeiro recurso para manter a supremacia da ordem legitimamente estabelecida.

A subcomissão decidiu ouvir no próximo dia 28 um representante do Conselho de Segurança Nacional (sugestão do deputado Otomar Pinto, do PTB de Roraima), e um do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp (proposta do deputado José Genoino, do PT de São Paulo), sobre "Conceito de segurança interna e externa". No dia 29, os constituintes da subcomissão visitarão o Cindacta, e no dia 30 deverão debater o tema "Papel das Forças Armadas e conceito de segurança nacional" com os generais da reserva Euler Bentes e Andrada Serpa, por indicação do senador Iram Saraiva (PMDB-GO).

# Abra entrega proposta para reforma agrária

A subcomissão de Política Agrícola, Fundiária e de Reforma Agrária, que se reuniu ontem pela manhã para uma audiência pública com a Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), recebeu a primeira proposta acabada de reforma agrária. O documento básico, composto de 17 artigos, foi elaborado pela Campanha Nacional de Reforma Agrária, sob a coordenação da Contag, CPT, Ibase, CGT e UNI. A CNBB e a CUT também apoiaram a proposta da CNRA.

O documento prevê a utilização dos instrumentos de desapropriação de terras por interesse social e da perda sumária, a fim de se obter um estoque de terras que viabilize o processo de reforma agrária como um todo. Os imóveis passíveis de desapropriação são aqueles com dimensão superior a 60 módulos, totalmente inexplorados. Segundo proposta da Associação de Engenheiros Agrônomos, respaldada em experiências com empresas rurais, o limite máximo seria fixado em 1000 hectares. A Comissão Pastoral da Terra, porém, propôs um limite de 500 hectares para os 60 módulos.

Os imóveis rurais com dimensão de até três módulos estariam excluídos tanto da perda sumária quanto da desapropriação por interesse social.

Esses imóveis, de acordo com estatísticas oficiais, somam 3,8 milhões de propriedades cadastradas, totalizando 117 milhões de hectares em todo o País.

Os imóveis que estariam sujeitos à desapropriação, segundo a proposta da CNRF, somam cerca de 57 milhões de hectares, de acordo com dados fornecidos pelo Incra. São propriedades rurais inexploradas, com área superior a 5000 hectares. As mesmas estatísticas atestam que os imóveis com dimensão superior a 60 módulos existentes hoje no País totalizam 20.805 imóveis rurais, representando 0,5 por cento do total de propriedades cadastradas pelo Incra, perfazendo uma área de 194,3 milhões de hectares.

A proposta da Campanha Nacional de Reforma Agrária fundamenta-se em dois pontos básicos: o princípio de que a propriedade corresponde a uma obrigação social, em lugar do conceito clássico de que deve desempenhar uma função social; e o reconhecimento da existência de graus de descumprimento da obrigação social a serem penalizados segundo critérios que vão da perda sumária à desapropriação por interesse social, mediante pagamento do preço da indenização em títulos da dívida agrária de satisfatória liquidez.

# Ipes propõe reforma tributária mais ampla

O sistema tributário necessita de reforma ampla, não de pequenos ajustes, a fim de eliminar pelo menos três distorções: o excessivo arbítrio do Governo ao mudar as normas fiscais constantemente, o tratamento privilegiado aos detentores de patrimônio elevado e a centralização de receitas de arrecadação no poder central.

Quem apresentou estas opiniões, ontem, foi o economista Fernando Rezende, do Instituto de Planejamento Econômico e Social (Ipes), ao explicar aos integrantes da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças o projeto de reforma tributária elaborado sob sua coordenação por sete técnicos reunidos em comissão do Ministério do Planejamento. Rezende lançou uma denúncia: "Avanços na arrecadação fiscal enfrentam interesses poderosos".

A reforma tributária, adiantou Fernando Rezende, não propõe aumento de carga tributária, mas mudanças estruturais. O Congresso Nacional é que define se haverá aumento ou não, quando discutir a legislação ordinária indispensável após a conclusão da Constituinte. Terminada a reunião, Rezende explicou que apresentou o projeto em nome dos técnicos — e não como proposta oficial do Executivo.

O técnico do Ipes aproveitou as quatro horas de debate para reagir a críticas do secretário da Receita Federal, Guilherme Quintanilha, ao projeto. Ao deputado Simão Sessim (PFL-RJ), que reproduziu as críticas, Rezende afir-

mou que Quintanilha é contrário às mudanças porque devem transferir parte da arrecadação tributária da União para estados e municípios. O secretário da Receita comparece à comissão no sábado, às 10h.

O relator da Comissão do Sistema Tributário, deputado José Serra (PMDB-SF), deixou claro o ponto abordado por Rezende: a nova Constituição vai apenas fixar os princípios gerais do sistema tributário. As normas específicas, como as alíquotas dos tributos e os percentuais de distribuição de receitas entre União, estados e municípios, serão estabelecidos mais tarde pelo Congresso, através do Código Tributário e das leis complementares.

mentos são baixos. Outro alvo são os rendimentos de capital, hoje praticamente isentos.

A proposta de eliminar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias, o ICM, e substituí-lo pelo Imposto sobre Valor Agregado, IVA, provocou críticas na Comissão. Arrecadado em cada Estado, teria base mais ampla e receitas estáveis, porque incluiria também os combustíveis e lubrificantes, os minerais, a energia elétrica e os serviços, e poderia isentar bens essenciais à população.

O risco de o IVA trazer de volta as guerras-fiscais foi levantado pelo deputado Mussa Demes (PFL-PI). Fernando Rezende descartou a possibilidade, porque a arrecadação estaria relacionada com o consumo de cada Unidade da Federação. A redução de alíquotas e as isenções não seriam capazes de atrair empresas, de acordo com Rezende, porque é preferível arrecadar e utilizar os recursos para melhorar a infraestrutura.

# Itamarati propõe participação

"A política externa brasileira não é privilégio nem monopólio do Itamarati. Ela deve ser a expressão da vontade de toda a sociedade". Para dar início à estruturação, "de forma equilibrada e harmônica", de uma relação entre a vontade popular e o Poder Executivo, utilizando-se para isto do que chamou de "função decisiva do Poder Legislativo", o secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, Paulo de Tarso Flecha de Lima, compareceu ontem à reunião da Subcomissão da Nacionalidade, de Soberania e das Relações Internacionais.

Questionado pelo relator da subcomissão, deputado João Herrmann Neto (PMDBSP), sobre como o Legislativo pode passar a participar dos atos da política externa brasileira, como instituição representativa da vontade popular, Paulo de Tarso assegurou que "busca-se no meio diplomático democratizar esta formulação". Para o secretário-geral, ainda, a política externa tem sido bastante consensual nos últimos dois anos.

Flecha de Lima ressaltou aos constituintes a importância de se estabelecer e

reiterar, na nova Carta, "os princípios que incorporam a tradição de paz da política externa brasileira". A posição do Brasil, diante dos conflitos internacionais, não pode chegar à neutralidade, como lembrou o secretário-geral ao ser questionado pelo deputado Sarney Filho (PFL-MA). "Nosso posicionamento é o de proibição da guerra de conquista e de optar, como recurso obrigatório, pelas soluções pacíficas", lembrando que estes dois princípios devem ser reiterados na Constituição.